

OFÍCIO Nº 049/2021/CBH-DOCE

Governador Valadares/MG, 11 de junho de 2021.

Exmo. Sr.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO

Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

ASSUNTO: Encaminha proposta de revisão do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

Excelentíssimo Senhor.

Em atendimento ao disposto no Art. 3º da Resolução CNRH nº 212/2020, que delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Agevap, para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, encaminhamos anexa Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93, de 13 de maio de 2021, que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

Complementarmente, encaminhamos anexo a este ofício documento com a síntese de todo o trâmite do processo de revisão, contendo todas as versões do estudo de cobrança elaborado pela AGEVAP para subsídio às discussões do CBH-Doce.

A documentação completa também poderá ser acessada no seguinte link:
https://drive.google.com/drive/folders/1teb8TuC_FDo0dYZyWWN8z119xPs8gAwI?usp=sharing

Atenciosamente,



FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES
Presidente do CBH-Doce



DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH-DOCE Nº 93, DE 13 DE MAIO DE 2021.

Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce, criado pelo Decreto Presidencial de 25 de janeiro de 2002, no uso de suas atribuições;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 192, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de que trata a Lei Federal nº 9.433/97;

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69, de 12 de junho de 2018, que dispõe sobre os mecanismos e valores de cobrança vigentes pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 203, de 16 de outubro de 2018, que aprova os mecanismos e os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União e determina que nova revisão seja feita e encaminhada ao CNRH até 30 de junho de 2021;

Considerando o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 1749/2018 referente à auditoria operacional da gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 83, de 23 de julho de 2020, que aprova a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 212, de 28 de agosto de 2020, que delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando o Contrato de Gestão nº 034/2020, celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a AGEVAP, com anuência do CBH-Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 90 de 10 de dezembro de 2020, que institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o período de 2021 a 2025;

Considerando a Resolução ANA nº 57, de 14 de dezembro de 2020, que estabelece os preços unitários para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2021;

Considerando a proposta de revisão dos mecanismos e valores de cobrança apresentada pela AGEVAP e devidas adequações propostas no âmbito do Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB) e da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL);

Considerando as discussões oriundas das reuniões do Grupo de Trabalho de Cobrança, realizadas telepresencialmente nos dias 25 de fevereiro, 17 de março e 01 de abril de 2021, cujos encaminhamentos foram sintetizados em Relatório de Atividades que subsidiou o trabalho da Câmara Técnica Institucional e Legal;

Considerando Parecer Técnico emitido pela Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), a partir das discussões ocorridas nas reuniões realizadas nos dias 12 e 19 de abril de 2021;

DELIBERA:

Art. 1º - Fica sugerido o reajuste de PPU de **67% (sessenta e sete por cento)**, que ocorrerá anualmente de forma **ESCALONADA** sobre o valor do PPU atual, conforme demonstrado abaixo, cujos valores correspondentes e memória de cálculo estão contidos no **ANEXO I** desta Deliberação:

| EXERCÍCIO | ÍNDICE DE REAJUSTE |
|--------------|--------------------|
| 2022 | 20% |
| 2023 | 18% |
| 2024 | 29% |
| TOTAL | 67% |

Art. 2º - Os índices de reajuste indicados para os anos de 2022 e 2023 serão prontamente aplicados, no entanto, a aplicação do índice de 29% (vinte e nove por cento) prevista para o exercício de 2024 fica condicionado à realização de uma nova revisão dos mecanismos e valores de cobrança que deverá ocorrer previamente, quando deverão ser avaliados em especial o cenário dos valores e mecanismos de cobrança praticados nos rios estaduais em MG, o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce) revisado e a garantia da sustentabilidade da entidade delegatária considerando a sua atuação integrada como entidade equiparada à função de Agência dos Comitês mineiros.



Art. 3º - A aplicação dos reajustes relativos a cada exercício fica condicionada ao cumprimento, pela entidade delegatária, dos indicadores e metas a serem definidos pelo CBH-Doce, os quais sugere-se estejam em consonância com o Contrato de Gestão nº 034/2020, especialmente no que tange ao Indicador 03.

Art. 4ª - Permanecem inalterados os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio doce contidos no ANEXO I da Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69/2018.

Art. 5ª - O CBH-Doce e a AGEVAP deverão se articular junto às instâncias competentes visando garantir o repasse dos recursos devolvidos ao tesouro nacional, cujo montante é de aproximadamente R\$ 52.000.000,00, fundamentais ao cumprimento do Plano de Aplicação Plurianual para o período 2021-2025, aprovado por meio da DN 90/2020.

Art. 6ª - Fica revogado o ANEXO II da Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69/2018.

Art. 7º - Esta Deliberação deverá ser encaminhada:

- I. Ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, para análise e aprovação;
- II. À Agência Nacional de Águas - ANA, para conhecimento e providências pertinentes

Art. 8º - Esta deliberação entra em vigor a partir de sua aprovação

Governador Valadares/MG, 13 de maio de 2021.

FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES
Presidente do CBH-Doce

ANEXO I

DOS VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS UNITÁRIOS DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE

| VALORES DO PPU COM A CORREÇÃO DE 67% | | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------|--------------------|------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|---------------------|
| TIPO DE USO | PPU | UNIDADE | PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU | | | | |
| | | | 2021 ⁽¹⁾ | 2022 ⁽²⁾⁽³⁾ | 2023 ⁽²⁾⁽³⁾ | 2024 ⁽²⁾⁽³⁾ | 2025 ⁽⁴⁾ |
| | | | | Correção de | Correção de | Correção de | Correção de |
| | | | | 20,00% | 18,00% | 29,00% | 0,00% |
| Captação de água superficial | PPU _{cap} | R\$/m ³ | 0,0358 | 0,0430 | 0,0494 | 0,0598 | 0,0598 |
| Lançamento de carga poluidora | PPU _{lanç} | R\$/Kg | 0,1909 | 0,2291 | 0,2634 | 0,3188 | 0,3188 |
| Transposição de água | PPU _{transp} | R\$/m ³ | 0,0478 | 0,0574 | 0,0660 | 0,0798 | 0,0798 |

¹ Valor base sobre o qual incidirá o incremento do PPU atual

² Em relação ao valor base

³ Sobre esses valores incidirá a variação do IPCA/IBGE, conforme disposto na Resolução CNRH nº 192/2017

⁴ Sobre o valor de 2025 incidirá somente a variação do IPCA/IBGE

| VALORES DO PPU COM A CORREÇÃO DE 67% + VARIAÇÃO DE IPCA ANO A ANO | | | | | | | |
|---|-----------------------|--------------------|------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| TIPO DE USO | PPU | UNIDADE | PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU | | | | |
| | | | 2.021 | 2022 ⁽⁵⁾ | 2023 ⁽⁵⁾ | 2024 ⁽⁵⁾ | 2025 ⁽⁵⁾ |
| | | | | Correção de | Correção de | Correção de | Correção de |
| | | | | 20,00% | 18,00% | 29,00% | 0,00% |
| Captação de água superficial | PPU _{cap} | R\$/m ³ | 0,0358 | 0,0430 + variação do IPCA 2021 | 0,0494 + variação do IPCA 2022 | 0,0598 + variação do IPCA 2023 | 0,0598 + variação do IPCA 2024 |
| Lançamento de carga poluidora | PPU _{lanç} | R\$/Kg | 0,1909 | 0,2291 + variação do IPCA 2021 | 0,2634 + variação do IPCA 2022 | 0,3188 + variação do IPCA 2023 | 0,3188 + variação do IPCA 2024 |
| Transposição de água | PPU _{transp} | R\$/m ³ | 0,0478 | 0,0574 + variação do IPCA 2021 | 0,0660 + variação do IPCA 2022 | 0,0798 + variação do IPCA 2023 | 0,0798 + variação do IPCA 2024 |

⁵ Sobre esses valores incidirá a variação do IPCA/IBGE, conforme disposto na Resolução CNRH nº 192/2017

OFÍCIO Nº 17/2021/CD/ANA
Documento nº 02500.036479/2021-40

Brasília, 9 de agosto de 2021

Ao Senhor
Francisco Igor Aires Nunes
Secretário Nacional de Segurança Hídrica, Substituto
Ministério do Desenvolvimento Regional
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 9º andar, sala 900
70067-901 – Brasília – DF

Assunto: Bacia hidrográfica do rio São Francisco. Delegação do exercício de funções de competência das agências de água a organizações sem fins lucrativos.

Referência: Documento nº 02500.029726/2021-51

Senhor Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 398/2021/SNSH-MDR, de 29 de junho de 2021, e a fim de subsidiar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH sobre a Deliberação CBHSF nº 123/2021, indicação da Agência Peixe Vivo para continuar a desempenhar as funções de agência de água da bacia, encaminho a Nota Técnica nº 14/2021/CSCOB/SAS, da Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA
Diretora-Presidente

NOTA TÉCNICA Nº 14/2021/CSCOB/SAS
Documento nº 02500.035459/2021-51

Brasília, 3 de agosto de 2021.

Ao Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Assunto: Cobrança pelo uso de recursos hídricos. Bacia hidrográfica do rio São Francisco. Delegação do exercício de funções de competência das agências de água a organizações sem fins lucrativos. Deliberação CBHSF nº 123/21. Indicação da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água.

Referência: Documento nº 02500.029726/2021-51

1. INTRODUÇÃO

1. O Ofício nº 398/2021/SNSH/MDR, de 29 de junho de 2021 (documento nº 02500.029726/2021-51), do Secretário Nacional de Segurança Hídrica Substituto, encaminhou à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA o Ofício CBHSF nº 12/2021 o qual apresenta a Deliberação CBHSF nº 123/2021, referente à indicação da Agência Peixe Vivo para continuar a desempenhar as funções de Agência de Água do Comitê.
2. Referido Ofício MDR solicita posicionamento da ANA *“quanto à viabilidade do pleito, nos termos das Leis n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e n. 9.984, de 17 de julho de 2000, bem como do Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019”*, para subsidiar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH sobre a matéria nele apensada.
3. Junto ao Ofício nº 398/2021/SNSH/MDR encontra-se o Ofício Sec. CBHSF nº 12/2021, de 7 de maio de 2021, apontando que *“foi aprovada a Deliberação CBHSF nº 123, de 06 de maio de 2021, que ‘renova a indicação da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco’.”*
4. Esta Nota técnica visa agregar informações para tomada de decisão do CNRH.

2. HISTÓRICO

5. Tendo em vista o disposto no art. 51 da Lei nº 9.433/97 e por solicitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, o CNRH, por meio da [Resolução CNRH nº 114, de 10 de junho de 2010](#), delegou o exercício de funções de competência de agência de água da bacia hidrográfica do rio São Francisco à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo, até 31 de dezembro de 2015.
6. Com amparo no disposto no art. 1º da Lei nº 10.881/2004 e na [Resolução CNRH nº 114/2010](#), a ANA e a AGB Peixe Vivo celebraram, em 30 de junho de 2010, com anuência do

CBHSF, o Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010, visando ao exercício, pela AGB Peixe Vivo, das funções de Agência de Água na área de atuação do CBHSF.

7. Antes de expirar o prazo da [Resolução CNRH nº 114/2010](#) e a pedido do CBHSF, o CNRH, por meio da [Resolução CNRH nº 170, de 23 de setembro de 2015](#), prorrogou o prazo da delegação até 31 de dezembro de 2021.

8. Registra-se que o Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010 vigorou até 31 de dezembro de 2020, sendo substituído pelo Contrato de Gestão nº 028/2020/ANA, firmado em 4 de dezembro de 2020, entre a ANA e a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo¹, com anuência do CBHSF.

| | 2001 | 2010 | 2015 | 2020 | 2021 |
|---|--|---|---|--------------------|---|
|  | Decreto de 5/06/2001: institui o CBHSF | | | | |
|  | | Deliberação nº 47: indica Agência Peixe Vivo | Deliberação nº 84: renova indicação Agência Peixe Vivo | | Deliberação nº 123: renova indicação Agência Peixe Vivo |
|  | | Resolução nº 114: delega Agência Peixe Vivo, até 31/12/15 | Resolução nº 170: prorroga delegação Peixe Vivo, até 31/12/2021 | | |
|  | | CG nº 014/ANA/2010 | | CG nº 028/2020/ANA | |

Figura 1. Linha do tempo resumida.

9. A cláusula oitava do Contrato de Gestão nº 028/2020/ANA estipula que:

¹ Com a 7ª alteração do Estatuto Social a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo passou a nomear-se Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo.



CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato de Gestão terá vigência de 1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2025, podendo ser encerrado antes deste prazo mediante a instituição de Agência de Água na Bacia Hidrográfica.

Parágrafo primeiro. O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante a celebração de termo aditivo específico.

Parágrafo segundo. O prazo de delegação de competência à CONTRATADA para exercer funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica objeto deste Contrato de Gestão deve estar compatível com o prazo de vigência deste Contrato de Gestão.

CONTRATO DE GESTÃO Nº 028/2020/ANA – CONTRATO DE GESTÃO

8   

Parágrafo terceiro. Expirado o prazo de delegação de competência das funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica objeto deste Contrato de Gestão, a CONTRATADA se obriga, a critério da CONTRATANTE, a dar continuidade à execução do objeto deste instrumento até a publicação de Resolução do CNRH que prorroga a referida competência, cujo prazo máximo deve ser de 90 (noventa) dias.

Parágrafo quarto. Em caso de expiração do prazo máximo estipulado no parágrafo terceiro desta Cláusula, aplica-se o inciso IV da Cláusula Décima.

Parágrafo quinto. A substituição de Resolução do CNRH que revoga a Resolução nº 170, de 23 de setembro de 2015, poderá ser realizada mediante apostilamento deste Contrato de Gestão, sem a necessidade de aditamento contratual.

10. Por sua vez, o inciso IV da Cláusula Décima estabelece que:

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente Contrato de Gestão poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes e, ainda, unilateralmente, pela CONTRATANTE, independentemente das demais medidas legais cabíveis, pelas seguintes razões:

...

IV – se o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH revogar a delegação de competência das funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica objeto deste Contrato de Gestão e não publicar nova delegação para prorrogação de competência das funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica objeto deste Contrato de Gestão;

11. Com o objetivo de proporcionar a continuidade do desempenho das funções de Agência de Água do Comitê, a Deliberação CBHSF nº 123/2021, no seu art. 1º, renova a indicação da Agência Peixe Vivo para desempenhar, por prazo de seis anos, como Entidade Delegatária de funções de agência da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

12. Nos *consideranda* da Deliberação CBHSF nº 123/2021, o CBHSF manifesta que “a Agência Peixe Vivo vem desempenhando as suas funções a contento, conforme relatórios de desempenho da Comissão de Avaliação da ANA, no desenvolvimento e no gerenciamento dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos e atuando como Secretaria Executiva do CBHSF...”.



3. ANÁLISE

Performance da Agência Peixe Vivo

13. A figura a seguir sintetiza o desempenho da Agência Peixe Vivo no período 2010/2020, segundo as avaliações realizadas pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.

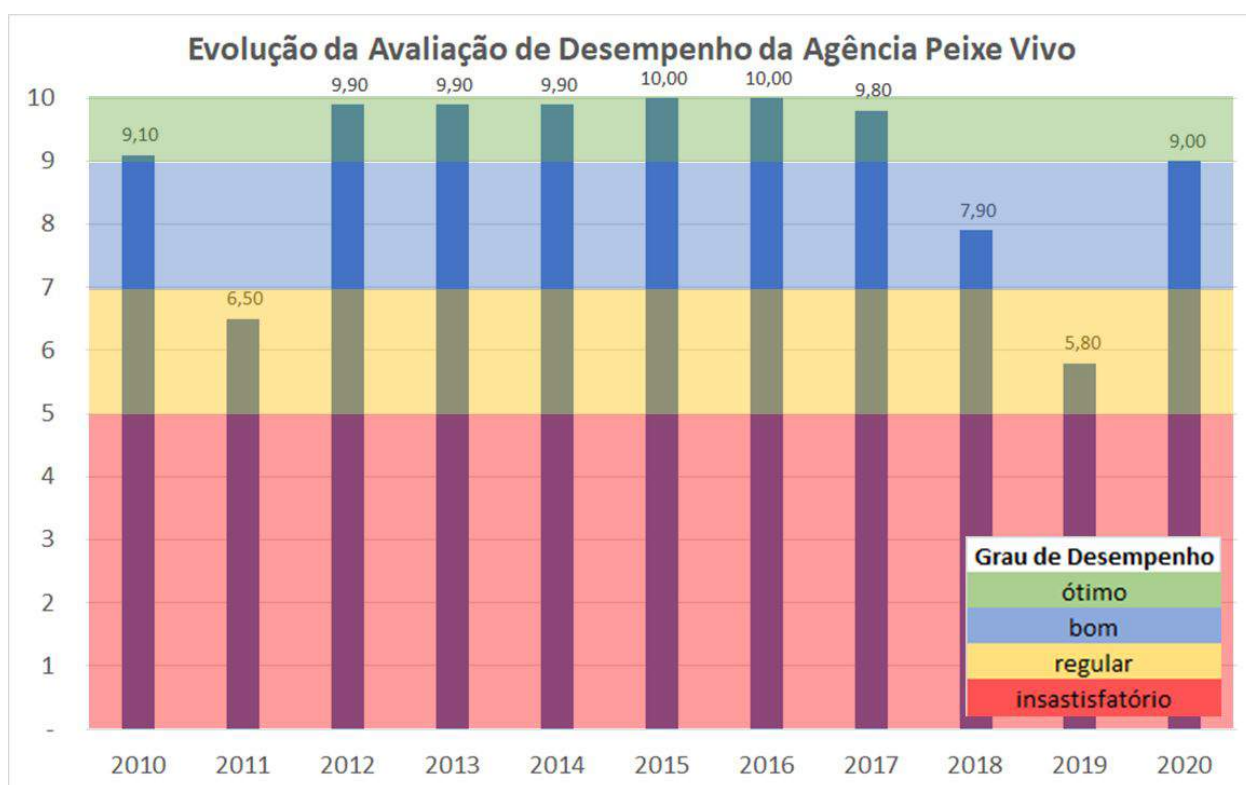


Figura 2. Desempenho da Agência Peixe Vivo.

Fonte: Relatórios de Avaliação da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.

14. Nos termos da cláusula décima do Contrato de Gestão nº 028/2020/ANA, ensejam rescisão contratual se, por dois anos seguidos, a Agência Peixe Vivo não atingir seis pontos na Nota Geral da análise da Comissão de Avaliação.

15. No último exercício, o desempenho da Agência Peixe Vivo teve conceito 'ótimo' na execução do Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010. No exercício 2019, o conceito foi 'regular', fortemente impactado pelo baixo desempenho no critério de avaliação 'índice de desembolso anual' e no critério de avaliação 'manter portal do CBHSF para acompanhamento via web da aplicação dos recursos'. No exercício 2020, houve recuperação parcial do desempenho no critério de avaliação 'índice de desembolso anual'², embora abaixo da meta, e recuperação total no critério de avaliação 'manter portal do CBHSF para acompanhamento via

² De acordo com o [Relatório de Avaliação Final - Exercício 2020 da Comissão de Avaliação](#), a Agência Peixe Vivo alegou que: "o que aconteceu a partir do mês de março, a pandemia da COVID 19, teve reflexos diretos na execução das atividades, pondo por terra, reitera-se, o que estava planejado para o exercício". (O detalhamento da justificativa encontra-se no Relatório de Gestão 2020 – Agência Peixe Vivo – CBHSF).



web da aplicação dos recursos'. Em geral, durante o período 2010/2020, o desempenho da Agência Peixe Vivo figura no 'conceito ótimo'.

16. O gráfico a seguir mostra a evolução do desembolso anual realizado pela Agência Peixe Vivo desde 2010, segundo as avaliações realizadas pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.

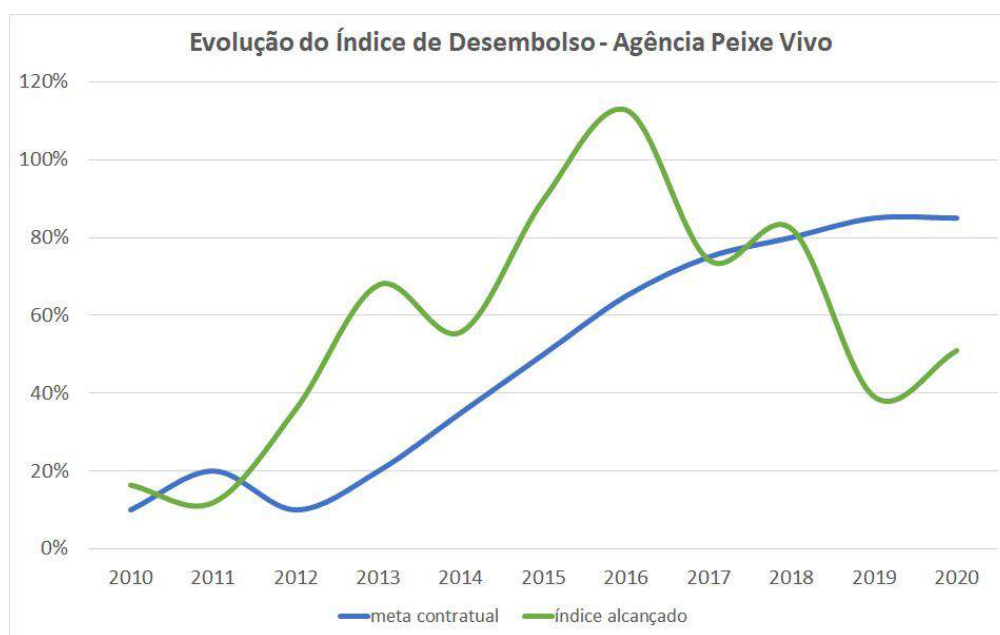


Figura 3. Desembolso pela Agência Peixe Vivo.

Fonte: Relatórios de Avaliação da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.

17. O desembolso realizado pela entidade delegatária depende da estratégia construída para aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, a qual é proposta ao comitê de bacia hidrográfica e aprovada em Plenário. Nesse contexto o Plano de Aplicação Plurianual - PAP consiste em ferramenta de orientação para a aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em estudos, projetos e ações elencados no Plano de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica.

18. Para os novos contratos de gestão que vigoram a partir de 1º de janeiro de 2021, foi desenvolvido um trabalho de aperfeiçoamento do PAP, que envolveu diversas unidades organizacionais - UORGs da ANA (Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS, Superintendência de Implementação de Programas e Projetos - SIP, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos - SPR e Auditoria Interna da ANA - AUD) e as entidades delegatárias, de forma a conferir maior aderência aos planos de ações definidos nos Planos de Recursos Hídricos e, conforme a estratégia utilizada



para sua organização, se tornar ferramenta alavancadora do índice de desembolso dos recursos da cobrança.

19. As ações contempladas no PAP devem estar compatibilizadas com os recursos oriundos da cobrança e ao mesmo tempo permitir o alcance de resultados efetivos para a gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica. O PAP deverá ser dimensionado tendo em vista a capacidade operacional da entidade delegatária que irá atuar na bacia hidrográfica e o montante disponível de custeio administrativo, calculado com base nos valores arrecadados com a cobrança na bacia hidrográfica.

20. Assim, busca-se um planejamento mais palpável e ajustado à capacidade de apoio administrativo e técnico à serviço do Comitê de Bacia Hidrográfica, e aos recursos financeiros disponíveis para a sua execução.

21. Por meio da tabela a seguir, apresentam-se os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos que foram repassados pela ANA à Agência Peixe Vivo e o desembolso destes recursos pela entidade delegatária no período 2010/2020.

| Ano | Repasses ¹ | Desembolso ² | % Desembolso ¹ | Rendimentos ³ | % Desembolso ¹ | Saldo ⁴ |
|---|-----------------------|-------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------|
| | A | B | B/A | C | B/(A+C) | |
| Agência Peixe Vivo (SF) | | | | | | |
| 2010 | 2.367.515 | 392.187 | 17% | 16.752 | 16% | 1.992.080 |
| 2011 | 28.595.217 | 3.620.845 | 13% | 942.839 | 12% | 27.909.291 |
| 2012 | 20.620.137 | 8.060.332 | 39% | 1.700.145 | 36% | 42.169.241 |
| 2013 | 21.680.854 | 16.230.764 | 75% | 2.227.939 | 68% | 49.847.270 |
| 2014 | 26.156.150 | 16.459.975 | 63% | 3.353.595 | 56% | 62.897.039 |
| 2015 | 20.261.337 | 20.637.481 | 102% | 3.853.750 | 86% | 66.374.645 |
| 2016 | 18.131.132 | 25.256.444 | 139% | 4.266.078 | 113% | 63.515.412 |
| 2017 | 26.676.026 | 22.370.370 | 84% | 3.424.401 | 74% | 71.245.470 |
| 2018 | 23.978.494 | 22.221.806 | 93% | 3.008.364 | 82% | 76.010.522 |
| 2019 | 33.193.299 | 14.252.787 | 43% | 3.191.625 | 39% | 98.142.660 |
| 2020 | 33.289.195 | 18.434.274 | 55% | 2.926.134 | 51% | 115.923.715 |
| Total | 254.949.357 | 167.937.264 | 66% | 28.911.621 | 59% | 115.923.715 |
| 1- Recursos da cobrança repassados pela ANA para a Agência Peixe Vivo. Diferenças observadas entre os valores arrecadados com a cobrança e o repasse constituem montante a serem repassados no exercício seguinte. | | | | | | |
| 2- Recursos efetivamente aplicados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos planos de recursos hídricos da bacia, assim como no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo da entidade delegatária (limitado a 7,5% dos valores arrecadados com a cobrança). | | | | | | |
| 3- Enquanto não há o desembolso do repasse, são gerados rendimentos financeiros. | | | | | | |
| 4- Inclui recursos cujas ações estão em execução. | | | | | | |
| Fonte: Relatórios do Contrato de Gestão. | | | | | | |

Tabela 1. Repasse dos Recursos Arrecadados com a Cobrança e Desembolso, em R\$.

22. O novo modelo de contrato de gestão envolveu, além do aprimoramento do PAP, conforme já relatado, a revisão dos indicadores e metas dos Programas de Trabalho, parte integrante desses instrumentos, baseada em uma métrica padrão a ser aplicada a todas as entidades signatárias. O desempenho da execução do PAP, ferramenta gerencial de apoio às

entidades delegatárias para a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança, passa a ser acompanhado e avaliado por meio de metas pactuadas entre as partes signatárias do contrato. Com isso, espera-se elevar o índice de desembolso, especialmente em ações finalísticas, e consequentemente, reduzir o saldo de recursos financeiros disponíveis (observado na tabela acima), além de otimizar os custos administrativos.

Prestação Anual de Contas

23. Conforme 'Informativo Anual da situação da execução dos Contratos de Gestão, Termos de Parceria e Termos de Colaboração - Exercício 2020', da Comissão de Acompanhamento de Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG, apenso a Nota Técnica Conjunta nº 1/2021/CACG/SAF e SIP, de 11 de junho de 2021 (doc. nº 02500.027017/2021-31), a Agência Peixe Vivo encontra-se com as prestações de contas do Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010, referentes ao período 2016/2019, aprovadas.

| ENTIDADE DELEGATÁRIA | CONTRATO DE GESTÃO Nº | EXERCÍCIO | PROCESSO PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|----------------------|-----------------------|-----------|---------------------------------|----------|----------|----------|----------|
| Agência Peixe Vivo | 014/ANA/2010 | 2016 | 02501.000412/2017-81 | APROVADA | | | |
| | | 2017 | 02501.000679/2018-59 | | APROVADA | | |
| | | 2018 | 02501.001161/2019-13 | | | APROVADA | |
| | | 2019 | 02501.000454/2020-17 | | | | APROVADA |

Figura 4: Evolução do processo de análise das prestações de contas dos contratos de gestão

24. A Prestação de Contas referente ao exercício 2020 recebido até 31 de maio de 2021, conforme estabelece a Resolução ANA nº 15, de 11 de março de 2019, se encontra em análise pela Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF, cujos autos constam no Processo nº 02501.000352/2021-82.

25. Ressalta-se que, em observância ao § 3º do art. 2º e ao art. 3º da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, anualmente, a ANA encaminha ao CNRH o Relatório de Execução do Contrato de Gestão, o Relatório conclusivo da Comissão de Avaliação, prevista na referida Lei, os pareceres da área contábil e financeira da ANA e de sua Auditoria Interna quanto aos exames realizados sobre as contas apresentadas pelas entidades delegatárias, e o despacho de deliberação da Diretoria Colegiada da ANA sobre a prestação de contas. As entidades delegatárias e os Comitês de Bacia Hidrográfica são comunicados da mesma forma³.

Viabilidade Financeira

26. Durante o período 2010/2018, a Agência Peixe Vivo esteve dependente de aporte de recursos orçamentários adicionais da ANA para complemento de seu custeio administrativo. A figura a seguir mostra os valores adicionais transferidos pela ANA à Agência Peixe Vivo a título de complementação de seu custeio administrativo.

³ Estes documentos também ficam disponíveis no seguinte portal:

<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/fortalecimento-dos-entes-do-singreh/agencias-de-agua/agencias-de-agua>.



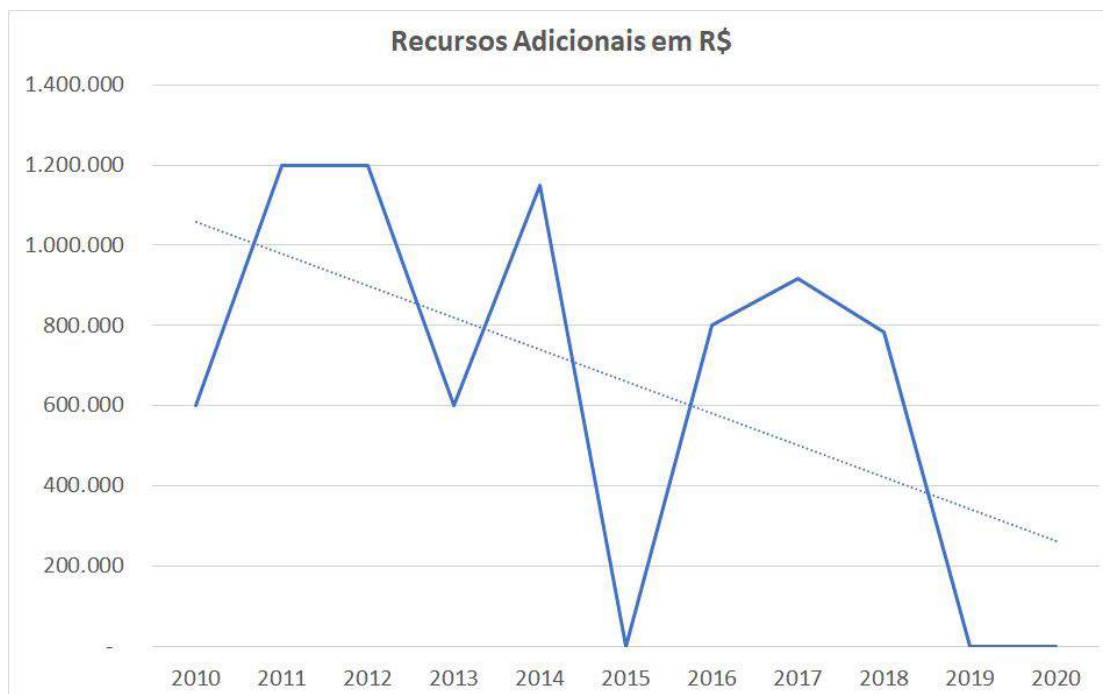


Figura 5. Recursos adicionais destinados à Agência Peixe Vivo.

27. Cabe destacar que em 2018 a Agência Peixe Vivo contratou consultoria para propor uma reestruturação organizacional na entidade, com vistas a obter uma maior eficiência nos gastos administrativos. Tal medida resultou na redução do quadro diretivo da Agência Peixe Vivo, e um dos produtos consistiu na elaboração de um planejamento visando à manutenção e ao funcionamento das atividades meio e fim.

28. Desde 2019 não houveram aportes da ANA e a Agência Peixe Vivo vem se ajustando ao limite das receitas provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de que tratam os incisos I, III e V do caput do art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, arrecadadas na bacia hidrográfica do rio São Francisco.

29. Este ajuste vem sendo possibilitado pelo aumento da arrecadação resultante da revisão dos valores cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio São Francisco ([Deliberação CBHSF nº 94/17](#) aprovada pela [Resolução CNRH nº 199/18](#)), que passaram a ter vigência no exercício 2019, e pela edição da Resolução ANA nº 29, de 15 de junho de 2020⁴.

30. Até o exercício 2018, a arrecadação estava em torno de R\$ 23 milhões. Com os novos valores de cobrança, a arrecadação obtida nos exercícios de 2019 e 2020 foi de cerca de

⁴ O Relatório de Gestão 2020 do Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010, elaborado pela Agência Peixe Vivo, registra que foi transferido ao exercício 2021 um déficit de custeio próximo de R\$ 250 mil. Entretanto, o próprio relatório informa que há valores já arrecadados pela ANA até o exercício 2020 que ainda não foram transferidos à Agência Peixe Vivo no valor de R\$ 2,5 milhões o que reduz o déficit para cerca de R\$ 50 mil. Além disso, o próprio rendimento financeiro do exercício 2021 suprirá o déficit mencionado (em 2020, o rendimento financeiro foi de R\$ 2,93 milhões (7,5% = 219 mil). Informa-se que em 4 de fevereiro de 2021, foi repassado à Agência Peixe Vivo o valor R\$ 2.991.888,10, inscritos em restos a pagar (7,5% = R\$ 224.391,61).

R\$ 34 milhões em cada ano, proporcionando R\$ 2,55 milhões anuais para o custeio da Agência Peixe Vivo⁵. No Relatório de Gestão 2020 do Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010, a Agência Peixe Vivo informou que o seu custeio administrativo no exercício 2020 foi de 2,48 milhões (inferior ao limite legal de 7,5% da arrecadação na sua área de atuação).

31. Com base em estudo especializado contratado pela ANA⁶, estima-se em R\$ 2,18 milhões o custeio anual necessário para a Agência Peixe Vivo, valor inferior ao limite de 7,5% da arrecadação atual.

32. O art. 2º da Deliberação CBHSF nº 123/2021 expressa que “o CBHSF, por ocasião da renovação da indicação da Agência Peixe Vivo como entidade delegatária das funções de agência de água, coloca como expectativa o uso, por esta Agência, das Resoluções ANA nº 28/2020; nº 29/2020 e nº 53/2020 com vistas a expandir o seu corpo técnico tendo em vista atender a dinâmica crescente de investimentos com uso dos recursos oriundos da cobrança pelo uso das águas do Rio São Francisco”.

33. Além da delegação para o exercício de funções de competência das Agência de Água da bacia hidrográfica do rio São Francisco ([Resolução CNRH nº 170/2015](#)), a Agência Peixe Vivo obteve do CNRH delegação para o exercício de funções de competência das Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Verde Grande ([Resolução CNRH nº 187/2016](#)).

34. Esta delegação foi concedida até 31 de dezembro de 2026 e, desta forma, a Agência Peixe Vivo mantém firmado com a ANA, com interveniência do CBH Verde Grande, o Contrato de Gestão nº 083/2017/ANA, de 29 de dezembro de 2017, com vigência até 31 de dezembro de 2025⁷. Os conceitos obtidos pela Agência Peixe Vivo no Contrato de Gestão nº 083/2017/ANA foram:

⁵ Registra-se que com a entrada em vigência da Resolução CNRH nº 199/2018, a inadimplência com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União saltou da casa de 10% para cerca de 20%.

⁶ Desenvolvimento de uma metodologia para estimar o custeio administrativo de entidades delegatárias de funções de agência de água, realizado no exercício 2018, dentro do Programa de Desenvolvimento do Setor Águas - Interáguas.

⁷ Neste ponto, dado que o Decreto de 5 de junho de 2001 preconiza que a área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco é definida pelos limites geográficos de toda a bacia, e pelos termos do art. 42 da Lei nº 9.433/97 “as Agências de Água terão a mesma área de atuação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica”, vale reflexão sobre a necessidade de a Agência Peixe Vivo ter duas delegações do CNRH para o exercício de funções de competência das Agências de Água da bacia hidrográfica do rio São Francisco: [Resolução CNRH nº 170/2015](#) e [Resolução CNRH nº 187/2016](#).



- Exercício 2018: regular (nota 6,7);
- Exercício 2019: ótimo (nota 9,2);
- Exercício 2020: bom (nota 8,8).

35. Além da sua atuação no âmbito da União, a Agência Peixe Vivo foi equiparada a Agência de Bacia Hidrográfica da bacia do rio das Velhas e da bacia do rio Pará, ambos rios afluentes ao rio São Francisco⁸. Com isto, a Agência Peixe Vivo tem os seguintes Contratos de Gestão firmados com o IGAM:

- Contrato de Gestão nº 001/2016: celebrado entre o IGAM e a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo, com a anuência do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará (UPGRH SF2).
- Contrato de Gestão nº 003/2017: celebrado entre o IGAM e a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo, com a anuência do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (UPGRH SF5).

⁸ Tendo em vista que a cobrança na bacia hidrográfica do rio São Francisco foi iniciada há mais de uma década nos rios de domínio mineiro da bacia do rio das Velhas (mar/10) e nos rios de domínio da União (jul/10), sugere-se que o CNRH reflita sobre a necessidade de estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do SINGREH visando à implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos a todos os usos sujeitos a outorga dentro da mesma unidade territorial da bacia hidrográfica, quando esta for aprovada a partir de uma sugestão de CBH que tem atuação em todo o território da bacia hidrográfica (Além deste, a cobrança está implementada nas águas de domínio mineiro da bacia hidrográfica do rio Pará (desde jan/17) e nas águas de domínio da União da bacia hidrográfica do rio Verde Grande (desde abr/17). Inclusive, o RF3 - Resumo Executivo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, em seu item 5.4.2, sugere como diretriz para a cobrança na bacia: “*propor, via pacto das águas, a cobrança universal a todos os usuários e bacia afluentes de modo a que a renda de escassez do recurso seja internalizada nas funções de consumo e produção dos diversos agentes econômicos*”. Em adição, o item 6.8.1, ao tratar da necessidade de aprimoramento do modelo de gestão, aponta como prioridade a “*definição das formas de implementação da cobrança em águas de domínio dos estados*”.



4. ENCAMINHAMENTO

36. São esses os subsídios ao CNRH para análise da delegação à Agência Peixe Vivo do exercício de funções de competência das Agências de Água da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

37. Sugere-se encaminhar à SGE, visando resposta ao Ofício nº 398/2021/SNSH/MDR (documento nº 02500.029726/2021-51), do Secretário Nacional de Segurança Hídrica Substituto.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
MARCO ANTÔNIO MOTA AMORIM
Especialista em Regulação de Recursos
Hídricos e Saneamento Básico

(assinado eletronicamente)
**GIORDANO BRUNO BOMTEMPO DE
CARVALHO**
Especialista em Regulação de Recursos
Hídricos e Saneamento Básico
Coordenador de Sustentabilidade
Financeira e Cobrança

(assinado eletronicamente)
GRACE BENFICA MATOS
Especialista em Regulação de Recursos
Hídricos e Saneamento Básico

(assinado eletronicamente)
OSMAN FERNANDES DA SILVA
Especialista em Regulação de Recursos
Hídricos e Saneamento Básico
Coordenador de Instâncias Colegiadas do
SINGREH

De acordo. Encaminhe-se à SGE.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Recibo Eletrônico de Protocolo - 3295932

| | |
|---|----------------------|
| Usuário Externo (signatário): | maria jose guimaraes |
| IP utilizado: | 172.18.1.1 |
| Data e Horário: | 09/08/2021 18:48:49 |
| Tipo de Peticionamento: | Intercorrente |
| Número do Processo: | 59000.015648/2021-66 |
| Relacionado ao Processo Indicado: | 59000.009269/2021-37 |
| Interessados: | |
| Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos | |
| Protocolos dos Documentos (Número SEI): | |
| - Ofício 17 2021 CD ANA 36479 | 3295931 |

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério do Desenvolvimento Regional.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS – CTOC

10ª REUNIÃO CTOC



Data: 19/08/2021 – 09h às 12h horas

Link da Reunião Teams: [Click aqui para a reunião](#)

PAUTA

1. Abertura e Informes Gerais.
2. Aprovação da Ajuda à Memória da 9ª Reunião da CTOC.
3. Análise da solicitação do CBH Doce referente a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce, considerando os subsídios apresentados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Processo 59000.011509/2021-63.
4. Criação do Grupo de Trabalho para definição de critérios para a declaração de situação crítica de escassez, conforme disposto no inciso XXIII do art. 4º da [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#), em atendimento a demanda do Plenário, na 44ª Reunião Ordinária.
5. Informe do GT – Análise da aplicação dos Recursos da CFURH, sobre o andamento das atividades desenvolvidas pelo grupo e os principais encaminhamentos realizados. Processo 59000.005908/2021-95.
6. Informe sobre a publicação da Resolução Ad Referendum nº 225, de 23 de julho de 2021, que altera o parágrafo único do art. 16 da Resolução CNRH n. 16, de 8 de maio 2001. Processo 59000.011944/2021-98
7. Encaminhamentos dos trabalhos.

#AÁguaÉUmaSó

Cobrança bacia rio Doce

Subsídios

10º CTOC, 19 de agosto de 2021

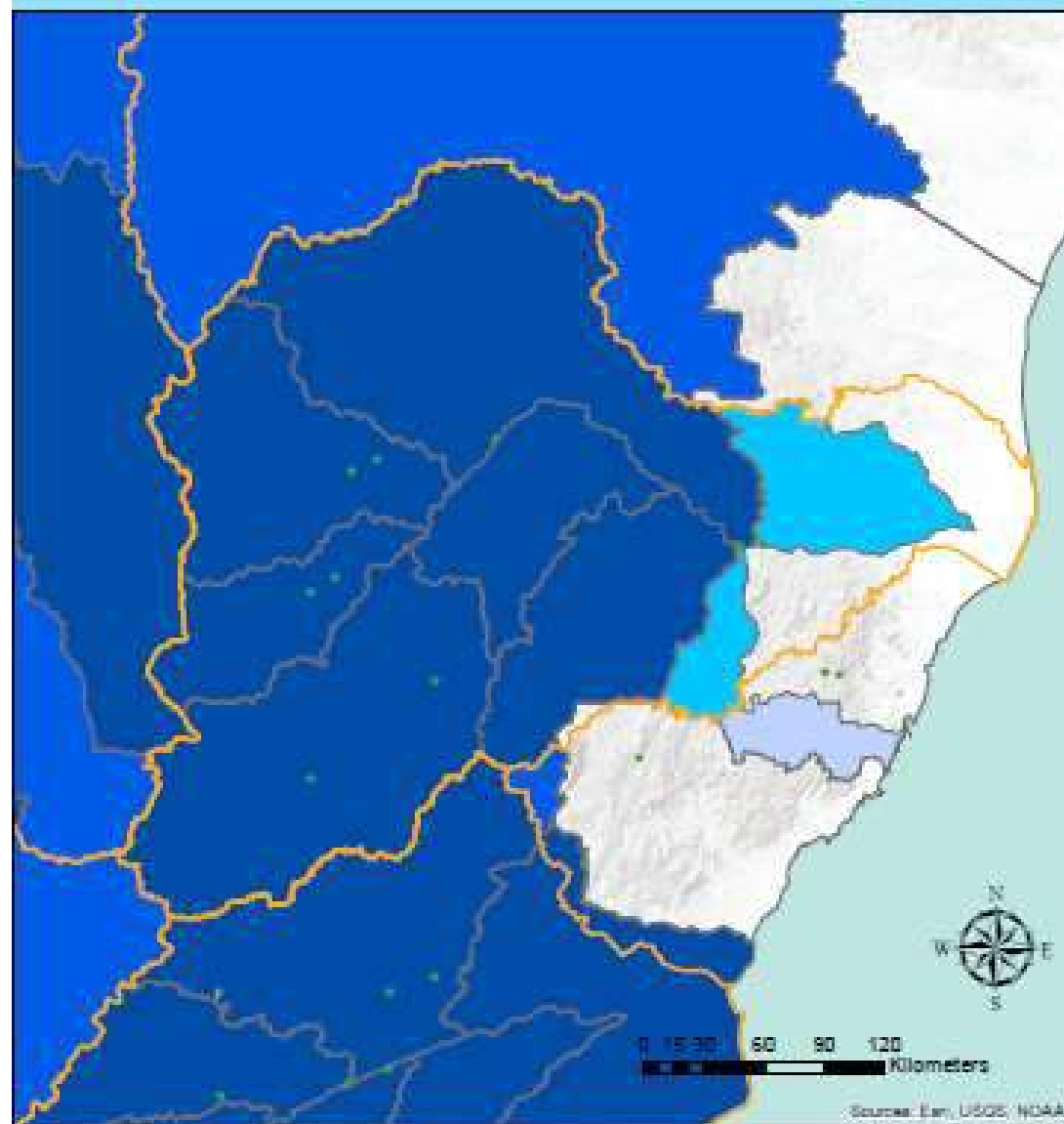


AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

Linha do Tempo

| | 2002 | 2010 | 2011 | 2018 | | 2020 | 2021 |
|---|--|---|---|---|---|--|---|
|  | Decreto de 25/01/2002: institui o CBH Doce | Decreto de 01/09/2010: altera a área de atuação do CBH Doce | | | | | |
|  | | | Deliberação nº 26: sugere a cobrança | Deliberação nº 69: sugere a cobrança | | | Deliberação nº 93: sugere a cobrança |
|  | | | Resolução nº 123: aprova a cobrança | Resolução nº 203: aprova a cobrança e determina sua revisão até 30/06/21 | Moção 70: recomenda início da cobrança no ES | Resolução nº 212: ao delega funções de agência à AGEVAP, determina revisão da cobrança até 30/06/21 | |
|  | | | inicia a cobrança | | | | |

Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos Bacia do Rio Doce



Cobrança Implementada

- CBHs interestaduais com cobrança implementada
- Cobrança de UHEs
- CBHs estaduais com cobrança implementada

Cobrança em implementação

- CBH estadual propôs a cobrança ao CERH
- CERH aprovou a cobrança
- Decreto do Governador editado



DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH-DOCE Nº 93, DE 13 DE MAIO DE 2021.

Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

- mantém inalterados os mecanismos de cobrança (Anexo I da DN CBH-Doce nº 69/2018),
- revoga o Anexo II da DN CBH-Doce nº 69/2018,
- sugere reajuste escalonado de 67% em relação aos PPUs atualmente vigentes.



DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH-DOCE Nº 93, DE 13 DE MAIO DE 2021.

Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

| VALORES DO PPU COM A CORREÇÃO DE 67% + VARIAÇÃO DE IPCA ANO A ANO | | | | | | | |
|---|-----------------------|--------------------|------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| TIPO DE USO | PPU | UNIDADE | PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU | | | | |
| | | | 2.021 | 2022 ⁽⁵⁾ | 2023 ⁽⁵⁾ | 2024 ⁽⁵⁾ | 2025 ⁽⁵⁾ |
| | | | | Correção de | Correção de | Correção de | Correção de |
| | | | | 20,00% | 18,00% | 29,00% | 0,00% |
| Captação de água superficial | PPU _{cap} | R\$/m ³ | 0,0358 | 0,0430 + variação do IPCA 2021 | 0,0494 + variação do IPCA 2022 | 0,0598 + variação do IPCA 2023 | 0,0598 + variação do IPCA 2024 |
| Lançamento de carga poluidora | PPU _{lanç} | R\$/Kg | 0,1909 | 0,2291 + variação do IPCA 2021 | 0,2634 + variação do IPCA 2022 | 0,3188 + variação do IPCA 2023 | 0,3188 + variação do IPCA 2024 |
| Transposição de água | PPU _{transp} | R\$/m ³ | 0,0478 | 0,0574 + variação do IPCA 2021 | 0,0660 + variação do IPCA 2022 | 0,0798 + variação do IPCA 2023 | 0,0798 + variação do IPCA 2024 |

⁵ Sobre esses valores incidirá a variação do IPCA/IBGE, conforme disposto na Resolução CNRH nº 192/2017



DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH-DOCE Nº 93, DE 13 DE MAIO DE 2021.

Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

- reajustes 2022 e 2023: serão prontamente aplicados (mas condicionados ao cumprimento de meta pela ED),
- reajuste 2024: condicionado a nova revisão dos mecanismos e valores de cobrança (que deverá ocorrer previamente ao exercício 2024),

| Ano | Valores Cobrados, em R\$ | Estimativa de Arrecadação, em R\$ | |
|--|-----------------------------|-----------------------------------|-----------|
| | | Total ¹ | 7,50% |
| 2021 | 13.769.658 | 13.081.175 | 981.088 |
| 2022 | 16.523.590 | 15.697.410 | 1.177.306 |
| 2023 | 19.002.128 | 18.052.022 | 1.353.902 |
| 2024 | 22.995.329 | 21.845.562 | 1.638.417 |
| 1- considerou-se uma inadimplência de 5% (índice verificado no período 2016/2020). | | | |
| fundo verde: valores estimados. | | | |

Custeio AGEVAP:

Parecer Técnico da CTIL do CBH-Doce:

R\$ 1.567.236,76



OFÍCIO Nº 053/2021/CBH-DOCE

Governador Valadares/MG, 29 de junho de 2021.

O referido documento demonstra que a sustentabilidade da entidade delegatária, a AGEVAP, foi construída de forma escalonada, após amplo e democrático processo de discussão ocorrido no âmbito do Grupo de Trabalho de Cobrança (CTCOB) e da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), conforme progressão da arrecadação aprovada pela Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021, a qual permitirá incremento gradativo da capacidade operacional, considerada a estratégia mais racional pelo comitê, especialmente devido ao grave impacto da pandemia da COVID-19 sobre a economia.



OFÍCIO Nº 053/2021/CBH-DOCE

Governador Valadares/MG, 29 de junho de 2021.

Cumpre enfatizar que a estrutura é enxuta, porém suficiente para garantir a sustentabilidade da entidade delegatária sem prejuízo à operacionalização das atividades, sobretudo considerando que o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) foi construído com ênfase em macroações, tanto no âmbito do Programa de Saneamento Básico como na Iniciativa Rio Vivo, cuja operacionalização ocorre, normalmente, em parceria com a Caixa Econômica Federal, os quais, somados, totalizam cerca de 75% (setenta e cinco por cento) de todo o recurso previsto no planejamento.

Conclusões

- DN CBH-Doce nº 93/2021: reajuste de 67%, escalonado (2022=20%; 2023=18%; 2024=29%),
- 2022, 2023 e 2024: condicionados a metas a serem alcançadas pela ED,
- 2024: sobrestada até revisão de mecanismos e valores a serem realizados previamente a 2024,
- 2022, 2023 e 2024: recursos para custeio, respectivamente, R\$ 1,18 milhão, R\$ 1,35 milhão e R\$ 1,64 milhão,
- 2024 (se adotado todo o reajuste previsto: 67%): custeio suficiente para suprir a estrutura da AGEVAP que consta do Parecer Técnico da CTIL do CBH-Doce: R\$ 1.567.236,76,

Conclusões

- Até 2024: CBH-Doce recorre ao incremento gradativo da capacidade operacional da AGEVAP,
- além das recomendações da Resolução CNRH nº 203/2018, sugere-se que o CNRH acrescente disposição similar à que existe na Resolução CNRH nº 212/2020 (a ED se estruture considerando o limite de custeio),
- **CNRH promova discussão visando à implementação da cobrança a todos os usos sujeitos a outorga dentro da mesma unidade territorial da bacia hidrográfica.**

#AÁguaÉUmaSó

Saiba mais em:

www.ana.gov.br/cobranca

Marco Amorim

marco.amorim@ana.gov.br

Obrigado!

até a próxima.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS – CTOC

11ª REUNIÃO CTOC



Data: 14/09/2021 – 14:30 às 18:00 horas

Link de acesso: [Clique para ingressar na reunião](#)

PAUTA

1. Abertura e Informes Gerais.
2. Continuidade na Análise da solicitação do CBH Doce referente a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce, considerando subsídios apresentados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES). Processo 59000.011509/2021-63.
3. Análise da solicitação do CBH São Francisco referente à indicação da Agência Peixe Vivo para continuar a desempenhar as funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, constante da Deliberação CBHSF nº 123/2021, considerando os subsídios apresentados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Processo 59000.009269/2021-37.
4. Encaminhamentos dos trabalhos.

REAJUSTE DO PPU – BACIA DO RIO DOCE

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (“CNRH”) delegou, “(...) até 31 de dezembro de 2025, o exercício de funções de competência das Agências de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP” (artigo 1º da Resolução CNRH n.º 212/20).

A citada Resolução, em seu artigo 2º, informa que nos exercícios 2020 e 2021 a AGEVAP deverá se estruturar considerando o limite de custeio administrativo proporcionado pela cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, priorizando o exercício da função de Secretaria-Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

No artigo 3º determina que até 30 de junho de 2021 o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce deverá apresentar proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de sua área de atuação ao CNRH.

Em cumprimento a determinação da Resolução CNRH nº 212/20 a AGEVAP propôs revisão do Plano de Aplicação Plurianual – PAP, o qual foi aprovado pelo comitê de Bacias, sem questionamentos.

O PAP tem validade pelo mesmo período da delegação concedido à AGEVAP pela resolução CNRH, tendo a Agência a obrigação de se estruturar, sendo corretamente previsto no Plano de Aplicação (**figuras 1 e 2**).



DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 90 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o período de 2021 a 2025.

Figura 1 – Deliberação Normativa com o Plano de Aplicação Anual (PAP)

| RECEITA DA COBRANÇA | | | | TOTAL | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|--|--|------|---------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | | | | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| RECEITA: SALDO REMANESCENTE + RENDIMENTOS FINANCEIROS + RECURSOS A ARRECADAR | | | | 144.649.011 | 80.177.676 | 15.274.251 | 15.821.890 | 16.391.434 | 16.983.760 |
| FINALIDADE | PROGRAMA | AÇÃO | SUBAÇÃO | TOTAL | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
| | | | | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| 1 | GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS | | | 58.865.000 | 6.105.000 | 4.375.000 | 40.625.000 | 3.800.000 | 3.960.000 |
| 2 | AGENDA SETORIAL | | | 72.000.000 | 32.740.000 | 21.660.000 | 5.910.000 | 6.190.000 | 5.500.000 |
| 3 | APOIO AO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA | | | 6.750.000 | 1.020.000 | 1.400.000 | 1.430.000 | 1.430.000 | 1.470.000 |
| 4 | MANUTENÇÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA E DA ENTIDADE DELEGATÁRIA | | | 7.034.011 | 1.315.200 | 1.346.723 | 1.400.592 | 1.456.616 | 1.514.880 |
| TOTAL GERAL | | | | 144.649.011 | 41.180.200 | 28.781.723 | 49.365.592 | 12.876.616 | 12.444.880 |

Figura 2 – Valores previstos no PAP – arrecadação total até 2025.

O valor de arrecadação previsto para o ano de 2022, quando da aprovação do PAP era de R\$ 15.274.251,00 (quinze milhões, duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais), considerando o reajuste de 4%.

Ocorre que a proposta de reajuste encaminhada pela AGEVAP não encontra fundamento na realidade fática-econômica, nem está consoante o PAP aprovado para o período de 2021 a 2025.

Inicialmente ressaltamos que os programas e valores previstos no PAP foram construídos pela AGEVAP e devidamente aprovado no Comitê de Bacias do rio Doce através da Deliberação Normativa n° 90, de 10 de dezembro de 2020.

O PAP contempla a previsão orçamentária, com reajuste baseado em 4% de inflação (valor adotado na ocasião da discussão), enquanto o reajuste sugerido para o ano de 2022 supera a previsão aprovada.

Também é necessário destacar que os valores de PPU já são atuais, uma vez que é possível apurar, ao analisar o item **transposição**, que o seu valor atual está 25,7% acima do acumulado do IPCA para o período de 2011 a 2021.

ANALISE DOS VALORES COBRADOS CBH Doce
Exemplo para o item transposição

| ANO | Preço Cobrado | Correção IPCA | Valor Corrigido pelo IPCA |
|------|---------------|---------------|---------------------------|
| 2011 | 0,0220 | | 0,0220 |
| 2012 | 0,0220 | 5,85 | 0,0233 |
| 2013 | 0,0270 | 6,31 | 0,0248 |
| 2014 | 0,0310 | 5,68 | 0,0262 |
| 2015 | 0,0400 | 7,7 | 0,0282 |
| 2016 | 0,0400 | 10,36 | 0,0311 |
| 2017 | 0,0400 | 4,76 | 0,0326 |
| 2018 | 0,0411 | 2,84 | 0,0335 |
| 2019 | 0,0448 | 3,89 | 0,0348 |
| 2020 | 0,0460 | 4,01 | 0,0362 |
| 2021 | 0,0478 | 5,02 | 0,0380 |
| | | | 25,7% |

Figura 3 – Reajuste do IPCA (fonte IBGE) x valor real corrigido.

Também é preciso observar que devem ser considerados os valores a que tem direito a AGEVAP em razão dos créditos existentes junto à União Federal e a Agência Nacional de Águas – ANA, ambos já pagos pelos consumidores e que devem ser revertidos para ações na Bacia:

- Retorno de R\$ 40 milhões que estão retidos na União para o caixa da AGEVAP;
- Disponibilização para AGEVAP de R\$ 12 milhões não repassados pela ANA ao IBIO. Deste valor é possível utilizar 7,5% para custeio administrativo e operacionalização a agência.

Ocorre que no âmbito do GT criado para discussão da “**PROPOSTA DE REVISÃO DOS MECANISMOS E VALORES DA COBRANÇA**”, bem como na CETIL, restrito a um público reduzido, foi informado pela AGEVAP desde o primeiro contato, que a proposta mínima que viabilizaria a operação da Agência seria um valor de R\$ 1.567.237,00 (referente a 7,5% da arrecadação), a partir de 2022 (figuras 4 e 5 abaixo). Essa proposta representa o aumento total de 67% para todo o período de delegação.



Figura 4 – Tabela apresentada pela AGEVAP com cenários – mínimo 67% de reajuste.

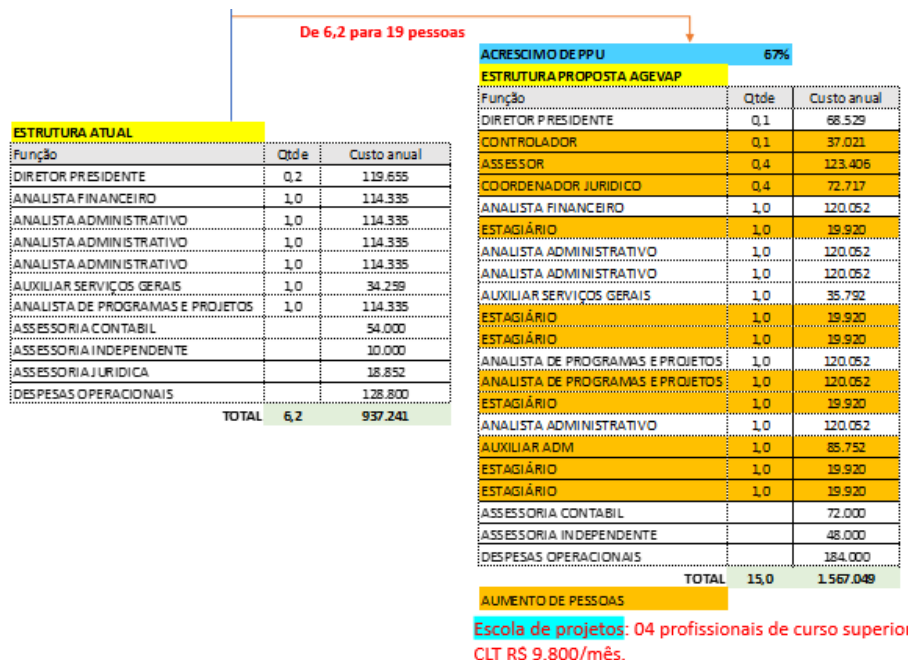


Figura 5 – Estrutura atual x estrutura mínima proposta pela AGEVAP

Este fato, aliado a inflexibilidade da AGEVAP de discutir alternativas de valores inferiores a 67% de reajuste, trouxe questionamento por parte dos usuários, representados em especial pela FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais, uma vez que esse valor difere totalmente do valor apresentado pela AGEVAP e aprovado como o Plano de Aplicação Plurianual – Valor total previsto no PAP para 2022: R\$ 15.274.251,00 MM (7,5% = 1.145.568,82). Neste item, vale ressaltar que se observa o descumprimento artigo 2º da resolução:

“SE ESTRUTURAR CONSIDERANDO O LIMITE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO PROPORCIONADO PELA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO NA BACIA DO RIO DOCE, PRIORIZANDO O EXERCÍCIO DE SECRETARIA EXECUTIVA (...)

O limite de custeio se dá pelo valor cobrado, e por ocasião da aprovação do PAP, esse valor foi aprovado para o período de 2021 a 2015. É notória a alteração de custeio aprovado no comitê e proposto pela própria AGEVAP, que vale ressaltar, já representa um aumento real em relação aos valores já cobrados e corrigidos anualmente pelo IPCA.

Em relação a priorização do exercício de Secretária Executiva fica evidente que a estrutura proposta com reajuste de 67% e muito superior a esta função.

Buscando o consenso, a FIEMG apresentou em nome dos usuários proposta alternativa considerando o IPCA em 4% (anexo). Essa proposta alternativa atende na integralidade do PAP proposto pela AGEVAP e aprovado no Comitê de Bacias.

O reajuste proposto foi de 15% em uma única etapa, mais as variações anuais do IPCA, considerando a arrecadação da calha Federal (figura 6).

Além disso, considerando o aproveitamento do valor referente a 7,5% do montante não repassado em 2019, é possível ter um adicional de R\$ 180 mil/ano, em 05 anos.

| CENÁRIO DA BACIA - ARRECADAÇÃO FEDERAL | | | | | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | CENÁRIO ATUAL | | PROPOSTA FIEMG | | PROPOSTA AGEVAP | |
| | Arrec R\$ MM | 7,50% R\$ MM | Arrec R\$ MM | 7,50% R\$ MM | Arrec R\$ MM | 7,50% R\$ MM |
| 2020 | 12,0 | 0,90 | 12,0 | 0,90 | 12,0 | 0,90 |
| 2021 | 12,5 | 0,94 | 12,5 | 0,94 | 12,5 | 0,94 |
| 2022 | 13,5 | 1,01 | 15,35 | 1,15 | 16,0 | 1,20 |
| 2023 | 14,6 | 1,09 | 16,58 | 1,24 | 20,1 | 1,51 |
| 2024 | 15,7 | 1,18 | 17,90 | 1,34 | 27,6 | 2,07 |
| 2025 | 17,0 | 1,27 | 19,34 | 1,45 | 29,8 | 2,23 |

4% Reajuste IPCA

8% Reajuste ao ano - IPCA

Figura 6 – Arrecadação prevista na Bacia de domínio da União, considerando reajuste de 15% + IPCA (sem considerar o valor não repassado)

Outro ponto colocado na proposta enviada, para qual não houve abertura à discussão, é a possibilidade de otimização de recursos com a cobrança Estadual. A tabela abaixo demonstra a capacidade de captação de recursos considerando também um reajuste de 15% no comitê Estadual (figura 7 abaixo).

| CENÁRIO DA BACIA - ARRECADAÇÃO FEDERAL + ESTADUAL | | | | | | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | CENÁRIO ATUAL | | PROPOSTA FIEMG | | PROPOSTA AGEVAP | |
| | Arrec R\$ MM | 7,50% R\$ MM | Arrec R\$ MM | 7,50% R\$ MM | Arrec R\$ MM | 7,50% R\$ MM |
| 2020 | 30,0 | 2,25 | 30,0 | 2,25 | 30,0 | 2,25 |
| 2021 | 31,2 | 2,34 | 31,2 | 2,34 | 31,2 | 2,34 |
| 2022 | 33,7 | 2,53 | 38,38 | 2,88 | 39,9 | 3,00 |
| 2023 | 36,4 | 2,73 | 41,45 | 3,11 | 50,3 | 3,77 |
| 2024 | 39,3 | 2,95 | 44,76 | 3,36 | 68,9 | 5,17 |
| 2025 | 42,4 | 3,18 | 48,34 | 3,63 | 74,5 | 5,58 |

4% Reajuste IPCA

8% Reajuste ao ano - IPCA

Figura 7 – Arrecadação prevista na Bacia de domínio da União + Comitês Estadual MG, considerando reajuste de 15% + IPCA.

Não obstante é importante que seja considerado o momento econômico do país, e que por conta dessa decisão milhares de pessoas que utilizam água na calha federal terão o impacto direto em sua conta de água na ordem de 67% mais IPCA anual. A proposta é desconexa com a realidade econômica-social vivenciada pelo país.

A Agência precisa considerar os recursos que não foram repassados pela União e pela ANA, criar uma estrutura administrativa/funcional coerente com a atual fonte de recurso e apresentar critérios objetivos que justifiquem a majoração do PPU no patamar sugerido.

Neste contexto se torna necessário a revisão dos mecanismos de cobrança baseado nos seguintes fatos:

- Não houve uma ampla discussão ouvindo e buscando alternativas de composição com os usuários.
- Não há o cumprimento na Resolução CNHR na integralidade.
- Não está sendo cumprido o Plano de Aplicação Plurianual construído até 2025.
- Não se pode desconsiderar valores já pagos e retidos na União.
- Há uma inadimplência de R\$ 11 milhões, que deve ser considerado.
- Há uma grande possibilidade de composição com a receita estadual.
- Há um reajuste desproporcional ao cenário atual. Aqui cumpre ressaltar que mais de 700.000 empresas “quebraram” no mundo com a crise do Covid.

Deste modo, O Conselho de Meio Ambiente da Findes, que é órgão de assessoramento da presidência desta instituição no que tange às questões ambientais, entende que é necessário que o reajuste indicado pela AGEVAP não seja aprovado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, devendo ser suspenso o reajuste em razão da atual situação econômica, ou acatada a sugestão da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG.

Mirela Souto Chiapanni

Presidente do Conselho de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Findes



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Outorga e Cobrança

Parecer nº 2/2021/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.011509/2021-63

Interessado: **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce**

Assunto: **Solicitação ao CNRH referente a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce, considerando subsídios apresentados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES).**

1. INTRODUÇÃO

1. A solicitação se faz necessária para o atendimento da Resolução [CNRH nº 212/2020](#), que delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Agevap, para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. A resolução em questão dispõe em seu art. 3º que *"Até 30 de junho de 2021, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce deverá apresentar proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de sua área de atuação ao CNRH."*

2. Atendendo ao que foi disposto na Resolução, foi encaminhada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), através do *Ofício n. 049/2021/CBH-DOCE* (SEI 3206623), a Deliberação Normativa CBH Doce nº 93, de 13 de maio de 2021 (SEI 3206651), que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

3. O assunto foi objeto de discussão da 10ª Reunião Ordinária da *Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos* (CTOC), ocorrida em 19.08.2021, quando representantes da Indústria trouxeram para a deliberação um questionamento quanto a forma que foi relatada a discussão tida no âmbito do CBH Doce, que resultou na proposta enviada ao CNRH. Por conta deste novo fato o assunto foi retomado na reunião seguinte, 11ª Reunião da CTOC, ocorrida em 14.09.2021, neste encontro os representantes da Indústria, os representantes do CBH DOCE e os representantes da ANA apresentaram seus argumentos e responderam aos questionamentos dos membros da Câmara Técnica.

2. ANÁLISE

4. O Art. 3º da Resolução-CNRH n. 212/2020 determina que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce deverá apresentar proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos até 30.06.2021.

5. Em resposta a determinação o CBH Doce enviou o Ofício n. 049/2021/CBH-DOCE que traz a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93, de 13 de maio de 2021, que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia do rio Doce, e anexo os documentos contendo a síntese de todo o trâmite do processo de revisão, trazendo todas as versões do estudo de cobrança elaborado pela AGEVAP que subsidiaram as discussões do CBH-Doce. Posteriormente enviou também o Ofício n. 052/2021/CBH-DOCE, contendo o detalhamento do custeio da entidade delegatária para o período compreendido entre 2022 e 2024.

6. Restou aprovado pelo CBH DOCE, em sua deliberação nº 93, o reajuste de PPU de 67% (sessenta e sete por cento), que ocorrerá anualmente de forma escalonada sobre o valor do PPU atual conforme a tabela:

| EXERCÍCIO | ÍNDICE DE REAJUSTE |
|--------------|--------------------|
| 2022 | 20% |
| 2023 | 18% |
| 2024 | 29% |
| TOTAL | 67% |

7. A Deliberação traz ainda que os índices de reajuste previstos para 2022 e 2023 serão prontamente aplicados e que o índice previsto para 2024 estará sujeito à realização de uma nova revisão dos mecanismos e valores de cobrança, que deverá ocorrer antes do novo exercício. E destaca que o CBH DOCE e a AGEVAP deverão se articular junto às instâncias competentes visando garantir o repasse dos recursos devolvidos ao tesouro nacional, cujo valor estimado é de R\$ 52.000.000,00, considerado fundamental ao cumprimento do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2021-2025.

8. A deliberação e os documentos que a subsidiam foram encaminhados à ANA, através do Ofício nº 379/2021/SNSH/MDR (SEI 3216967), para análise da viabilidade do pleito. Em Resposta a ANA elaborou a Nota Técnica nº 13/2021/CSCOB/SAS (SEI 3295914), que traz um breve histórico da cobrança no CBH DOCE, faz uma análise aprofundada do assunto e dá as seguintes conclusões:

64. Até o exercício 2024, nos termos do documento 'DETALHAMENTO CUSTEIO 2022 - 2023 - 2024', anexo ao Ofício nº 053/2021/CBH-Doce, que detalha o custeio da entidade delegatária para o período compreendido entre 2022 e 2024, o CBH-Doce recorre ao incremento gradativo da capacidade operacional da AGEVAP, conforme progressão da arrecadação aprovada pela Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021. Ou seja, o CBH-Doce propõe a sustentabilidade financeira da entidade delegatária de forma escalonada.

65. Diante disso, além das recomendações da Resolução CNRH nº 203/2018, sugere-se que o CNRH acrescente uma recomendação similar à que existe na Resolução CNRH nº 212/2020: de que, nos exercícios 2022 e 2023, a entidade delegatária se estruture considerando o limite de custeio administrativo proporcionado pela cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

66. Os valores sugeridos pela Deliberação CBH-Doce nº 93/2021 são superiores ao patamar de valores de cobrança que vêm sendo definidos pelo CNRH para as demais bacias hidrográficas.

67. Por fim, nos termos da reflexão do item 4.7 desta Nota Técnica, sugere-se que o CNRH promova uma discussão sobre o estabelecimento de diretrizes

complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do SINGREH visando à implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos a todos os usos sujeitos a outorga dentro da mesma unidade territorial da bacia hidrográfica, quando esta for aprovada a partir de uma sugestão de CBH que tem atuação em todo o seu território.”

9. Após o recebimento de todos os documentos mencionados o assunto foi incluído na pauta da 10ª Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos – CTOC, ocorrida em 19 de agosto de 2021, ocasião em que os representantes da Indústria pediram que fosse concedido um espaço para que fosse apresentada uma objeção à aprovação. O Assunto foi remanejado para reunião seguinte, 11ª Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos – CTOC, ocorrida em 14 de setembro de 2021, momento em que o Sr. Marcio Caliari, representando a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), apresentou os argumentos para a objeção da aprovação. Na ocasião informou que as instituições por ele representadas não concordaram com a forma com que foi realizado o reajuste, já que entendem que o limite de custeio foi o aprovado anteriormente e que o novo valor proposto é muito acima do que necessário, apresentou aos membros da CTOC a proposta elaborada pelos usuários, que foi sugerida ao grupo de trabalho do CBH DOCE que estudou a proposta de reajuste, mas que não foi aprovada. Ressaltou que gostaria que a proposta fosse devolvida ao CBH DOCE para que pudessem discutir nova revisão dos mecanismos de cobrança, ouvindo e buscando alternativas de composição com os usuários, já que o assunto não foi, segundo ele, amplamente discutido pelo comitê.

10. O Sr. Flaminio Guerra, presidente do CBH Doce, em contra-argumento defendeu a lisura de todo o processo e ressaltou que toda a documentação das discussões estava disponível para consulta. Pela ANA, o Sr. Marco Amorim reforçou a validade do ato e lembrou que este seguiu todos os trâmites da lei, enfatizou que a mera discordância não invalida o ato e que a unanimidade nem sempre vai acontecer dentro do CBH, reforçou ainda a análise feita na Nota Técnica emitida pela ANA.

11. Os membros da CTOC, após extensas discussões, aprovaram os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia do rio Doce, conforme proposta na Deliberação Normativa CBH-DOCE nº 93/2021, que pode ser materializada nos termos da minuta de resolução anexa a este Parecer, com 11 (onze) votos favoráveis (1.Ministério do Desenvolvimento Regional; 2.CERH MT/MS/GO; 3.CERH SP/RJ/MG; 4.CERH PB/PE/RN, 5.CERH PI/MA/CE; 6.CERH BA/SE/AL; 7.Irrigantes; 8.Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos Lazer e Turismo; 9.Comitês de Bacias Hidrográficas rios de Domínio da União; 10.Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa; 11.Organizações não-Governamentais) ; 1 (um) voto contrário (Indústria) e 2(duas) abstenções (1.Ministério de Minas e Energia; 2.Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário).

3. CONCLUSÕES

12. Considerando as competências do CNRH e da CTOC fixadas na [Lei n. 9.433](#), de 8 de janeiro de 1997, e no [Decreto n. 10.000](#), de 3 de setembro de 2019, a *Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos* considerou adequada a proposta aprovada pela Deliberação Normativa CBH Doce nº 93, de 13 de maio de 2021.

13. Assim, a CTOC sugere manifestação favorável do plenário do CNRH,

para a aprovação dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia do rio Doce, conforme disposto na Deliberação Normativa CBH Doce nº 93, de 13 de maio de 2021.

4. ENCAMINHAMENTO

14. Encaminha-se este Parecer à Secretaria-Executiva do CNRH, recomendando que, previamente ao envio ao Plenário do Conselho, a matéria seja objeto de análise da CTAL, para, conforme disposto no Decreto n. 10.000, de 2019: *“analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”*.

ANDERSON MEDEIROS BEZERRA

Coordenador da Câmara Técnica de Cobrança e Outorga - CTOC

Em 21 de setembro de 2021.

ANEXO

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2021

Aprova os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH), no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), pela [Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000](#), pelo [Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), observada a [Resolução CNRH n. 203, de 16 de outubro de 2018](#), a [Resolução CNRH n. 212, de 28 de agosto de 2020](#), e a [Deliberação Normativa CBH-Doce n. 93, de 13 de maio de 2021](#), e considerando os elementos do Processo n. 59000.011509/2021-63, resolve:

Art. 1º Aprovar os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, previstos para os exercícios 2022 e 2023, nos termos da [Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93, de 13 de maio de 2021](#), conforme proposto pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH-Doce.

Parágrafo único. Caso o CBH Doce não apresente a revisão prevista no art. 2º da Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93, de 13 de maio de 2021, será aplicado o reajuste previsto para 2024.

Art. 2º Até 30 de junho de 2023, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce deverá apresentar proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de sua área de atuação ao CNRH.

Parágrafo único. O CBH-Doce deverá apresentar a avaliação da viabilidade

financeira da Agência de Água ou entidade delegatária de suas funções.

Art. 3º A entidade delegatária deverá se estruturar considerando o limite de custeio administrativo proporcionado pela cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra**,
Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 22/09/2021, às 17:52, com fundamento no art. 4º,
§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3368286 e o código CRC **03BB5A57**.